



Jonas Pereira/Agência Senado



Agenda dos municípios ganha atenção especial do Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fala a prefeitos durante a instalação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais: mais voz às cidades nas discussões do pacto federativo

O Senado instalou ontem a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, que tem como missão ser uma espécie de porta-voz dos municípios nas discussões

do pacto federativo. Atualmente, os debates são dominados pela União e pelos estados. As prefeituras se queixam de que têm muitas responsabilidades e poucos recursos

financeiros. O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu a renegociação das dívidas dos municípios e a dilatação do prazo para pagamento de precatórios. **2**

Plenário autoriza empréstimos para Pernambuco, São Paulo e Sergipe **3**

Casa mantém agenda positiva com pauta de textos prioritários **5**

Redução de suplentes de senador de 2 para 1 é rejeitada **4**

Moreira Menezes/Agência Senado



Senadores debatem em Plenário a nova regulamentação apresentada no projeto de Lídice da Mata (de pé)

Novas regras para zonas de exportação

Cai de 80% para 60% o índice mínimo de receita bruta derivada de vendas ao exterior para as empresas situadas nas zonas de processamento de exportação (ZPEs), segundo projeto aprovado ontem em Plenário e que segue para a Câmara.

O principal objetivo da proposta é impulsionar as ZPEs, criadas há 25 anos sem terem saído do papel no Brasil: das 24 zonas que receberam autorização nos últimos anos, não há nenhuma em funcionamento. **4**

Medida que prevê socorro a afetados pela seca passa em comissão mista **7**

Indicados para Conselhos de Justiça e do MP são aprovados **8**

Proposta sobre carreira de médico terá tramitação mais rápida **11**

Lia de Paula/Agência Senado



Presidindo a sessão, Ana Rita coloca em votação o relatório de João Capiberibe sobre o sistema nacional contra tortura

Projeto cria sistema de combate à tortura

Comissão de Direitos Humanos aprovou mecanismo que visa evitar o crime em locais como delegacias, hospitais psiquiátricos, casas de custódia e centros de detenção. **9**

Patriota fala hoje aos senadores sobre espionagem no Brasil **12**

Funcionário poderá ser consultado sobre data das férias **6**

Senado cria subcomissão sobre questões municipais

Segundo a senadora Ana Amélia, presidente da nova subcomissão, é necessário equilibrar os debates do pacto federativo, que têm privilegiado os estados em detrimento dos municípios

A PAUTA DOS municípios ganhou força no Senado. Ontem, foi lançada a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, que funcionará ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A instalação foi acompanhada por centenas de prefeitos, que estão em Brasília para a 16ª Marcha dos Prefeitos em Defesa dos Municípios.

Ana Amélia (PP-RS) foi eleita a presidente da subcomissão. Waldemir Moka (PMDB-MS), o vice-presidente.

Para Ana Amélia, no debate do pacto federativo, as agendas estaduais têm tido mais força, “até porque os senadores

representam os estados”. Assim, a subcomissão pode ajudar a equilibrar o debate, redefinindo as funções de cada ente federado (União, estados e municípios).

Ana Amélia citou a saúde. Os municípios têm a obrigação de investir 15% das receitas e os estados são obrigados a destinar 12% do orçamento, enquanto não há uma porcentagem para a União. Segundo a senadora, a divisão é injusta e obriga os municípios a investir, em média, 22% em saúde.

— Falta dinheiro para investir em outras áreas prioritárias, como a infraestrutura dos municípios. É nessa medida

que vamos intensificar a atuação em defesa dos interesses municipalistas — disse.

Anunciando a realização de audiências públicas sobre as questões municipais, Ana Amélia prometeu levar em conta as propostas colocadas pela Marcha dos Prefeitos, como o aumento de dois pontos percentuais no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o reajuste nos valores dos programas federais repassados aos municípios.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, ofereceu um espaço na TV Senado para que a subcomissão possa “debater os problemas dos municípios”.



Renan Calheiros cumprimenta Ana Amélia, a presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais

Renan apoia reivindicações de municípios

Ao participar, ontem, da instalação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou que as demandas apresentadas pelos prefeitos se uniram aos protestos ocorridos nas ruas de várias cidades do país nas últimas semanas.

Renan apoiou a revisão do pacto federativo, a renegociação das dívidas dos municípios e mais prazo para o pagamento dos precatórios.

Segundo ele, é preciso repensar as prioridades dos orçamentos públicos, com base nas demandas populares.

— É preciso entender que, a partir das manifestações da rua, o que mudaram foram as

prioridades do Orçamento. E o Senado já entendeu — disse.

O presidente do Senado voltou a defender o passe livre estudantil em todo o país (PLS 248/2013) e criticou o grande número de ministérios (39). Para ele, em vez de investir “80 milhões no BNDES” ou criar o trem-bala, seria melhor investir em educação e saúde.

— Os recursos vêm do Orçamento. A partir de agora, temos de rediscutir as prioridades para que o brasileiro diga mesmo o que é prioritário no Brasil — declarou.

Renan também elogiou a 16ª Marcha dos Prefeitos, que ocorre em Brasília nesta semana. Na visão dele, é na marcha que o Senado costuma

recolher as reivindicações dos municípios. Ele assinalou que a instalação da subcomissão mostra que o Senado busca priorizar a pauta municipal.

Prioridades

O presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, lembrou que os prefeitos pedem reajuste de valores dos programas federais repassados aos municípios e reposição de perdas com IPI e Cide.

Ele reforçou pedido de aumento de dois pontos percentuais na parcela de tributos que cabe ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como medida democrática, por atingir todos os estados.

“Nossas portas estão sempre abertas para os prefeitos”, diz Paim

Paulo Paim citou a 16ª Marcha dos Prefeitos em Defesa dos Municípios, que ocorre em Brasília desde a segunda-feira. Segundo ele, é “o maior encontro municipalista da América Latina”.

Conforme Paim, a Confederação Nacional de Municípios realizou um encontro em junho para acertar uma pauta única a ser apresentada em Brasília. Entre outras reivindicações, os prefeitos pedem um aumento de 2% no Fundo de Participação dos Municípios e um reajuste nos valores dos programas federais repassados aos municípios.

— Meus votos de boas-vindas a todos os prefeitos. Nossas portas devem estar sempre abertas para acolher os municípios e suas demandas.

Segundo Lídice, parlamentares ajudarão cidades

Lídice da Mata (PSB-BA) saudou os prefeitos baianos que participam da 16ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

A senadora informou que deputados e senadores do estado se reunirão com os gestores municipais para contribuir com a concretização das demandas dos municípios.

Os prefeitos baianos cobram mais recursos para o enfrentamento da seca, a construção de um novo pacto federativo e mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal.

— Dos 417 prefeitos da Bahia, 278 tiveram as contas rejeitadas no ano passado, demonstrando que essa situação exige uma análise do Congresso Nacional — afirmou Lídice.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Anistia para grevistas

14h Projeto que altera a lei que anistia os trabalhadores dos Correios punidos em razão da participação em movimento grevista.

PRESIDÊNCIA Marcha dos Prefeitos

11h Renan Calheiros participa da 16ª Marcha dos Prefeitos. Às 12h, recebe o presidente da CBF, José Maria Marin. Às 12h30, entrega do relatório da CPI da Violência contra a Mulher. Às 14h30, recebe Lindbergh Farias e Paulo Paim. Às 15h, reunião com líderes do Senado e da Câmara e, às 16h, ordem do dia.

CDR Desenvolvimento do Nordeste

9h Audiência debate o desenvolvimento do Nordeste, segundo propostas do Movimento Integra Brasil. Em seguida, análise de requerimento que inclui o presidente da Copagaz, Ueze Zahran, entre os convidados de audiência a ser realizada.

CAS Dedução de aluguel no IR

9h Comissão analisa texto que deduz do IR aluguel de imóvel residencial e proposta que disciplina o uso de coletes a prova de bala por quem faz cobertura jornalística e acompanha operações policiais.

CE Educação superior

9h30 Em audiência promovida pela CE, senadores discutem os impasses e as perspectivas da expansão da educação superior brasileira.

CCJ Alíquota zero para PIS-Pasep

10h Comissão examina projeto que trata dos serviços de medicina legal e proposta que reduz a zero a alíquota da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep).

CAE Crédito externo para Goiás

14h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa dois itens, entre eles o que propõe que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia do Brasil, entre Goiás e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 11,5 milhões, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Modernização da Administração Fazendária do Estado de Goiás (Profisco).

CCAI Requerimentos

14h Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência é destinada à apreciação de requerimentos.

CRE/CCT Espionagem americana

14h30 Com a presença de ministros, audiência pública conjunta discute e presta esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo governo dos Estados Unidos, que monitorou milhões de e-mails e ligações de brasileiros.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Flexa homenageia 400 anos de Bragança, no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) homenageou em Plenário os 400 anos de Bragança, localizada no nordeste do Pará.

Bragança foi colonizada pelos franceses, os primeiros europeus a aportar na região do Rio Caeté. A expedição

marítima de reconhecimento e conquista das terras da América, que investigou o litoral paraense, encontrou a terra habitada pelos tupinambás.

— O desenvolvimento de Bragança é ininterrupto ao longo da história e atinge seu

período áureo quando ocorre a instalação da Estrada de Ferro de Bragança, em 1908 — explicou o senador.

Ele disse que o turismo, baseado nas riquezas naturais e históricas, é uma importante fonte de renda do município.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/te) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Lindbergh Farias preside a Comissão de Assuntos Econômicos, onde as operações de crédito foram aprovadas e ganharam urgência para análise do Plenário

Plenário aprova empréstimos para Pernambuco, São Paulo e Sergipe

Total de US\$ 766 milhões viria de instituições no exterior para investimento, mas operações sofrem críticas de senadores que apontam riscos

SEGUEM PARA SANÇÃO quatro operações de crédito externo: US\$ 550 milhões para Pernambuco, US\$ 200 milhões para São Paulo, US\$ 5,7 milhões para Sergipe e US\$ 10,3 milhões também para Sergipe. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde os empréstimos foram aprovados pouco antes do Plenário, houve críticas de senadores que veem risco.

No caso de Pernambuco, o empréstimo a ser assinado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vai financiar o programa de desenvolvimento de políticas públicas. O relator foi Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Os US\$ 200 milhões para São Paulo virão de um contrato com a Corporação Andina de Fomento (CAF) para programa de transporte, logística e meio ambiente. O relator foi Alvaro Dias (PSDB-PR).

Para Sergipe, o empréstimo menor será assinado com o BID para melhorar a capacidade de arredação do estado. O outro, a ser celebrado com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), financiará parcialmente projeto de desenvolvimento de negócios rurais para pequenos agricultores. Os relatores foram José Pimentel (PT-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

“Farra”, “festival” e “bomba de efeito retardado” foram termos usados por senadores para descrever o que consideram uma avalanche de operações de crédito. O questionamento começou quando Ivo Cassol (PP-RO) advertiu que os estados estão quebrados e não têm condições de pagar os empréstimos. Blairo Maggi (PR-MT) disse que, quando foi governador de Mato Grosso, de 2003 a 2010, não conseguiu nenhum empréstimo porque havia um aperto que não existe mais.

— A situação financeira dos estados melhorou ou a interpretação da Lei de

Responsabilidade Fiscal por parte do Tesouro Nacional ficou mais flexível? — questionou.

Pimentel explicou que a situação da dívida externa hoje é diferente da existente em 2003, com saldo positivo.

— Organismos internacionais que tinham reservas quanto a empréstimos ao Brasil passaram a oferecer mais crédito ao país — afirmou.

Blairo disse que seu temor é a volta da situação pré-falimentar dos estados, como nos anos 1990. O problema, acrescentou, foi revertido com as regras de responsabilidade fiscal, que ele não deseja que sejam afrouxadas.

Responsabilidade fiscal deve prevalecer, diz Jayme

Jayme Campos (DEM-MT) apontou um “festival de empréstimos” a estados e reforçou denúncia de que o dinheiro está sendo usado para custeio, e não para investimento.

— Usar empréstimo para pagar salário de servidor é um escárnio — afirmou.

Segundo o senador, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma das grandes conquistas do país, por colocar um freio nos empréstimos, e não pode

ser abandonada. Segundo ele, Mato Grosso tomou dois empréstimos nos últimos seis meses, no valor global de mais



Jayme afirma que usar empréstimo para pagar salários é um escárnio

de US\$ 4 bilhões, para construir estádio e implantar o sistema de veículos leves sobre trilhos (VLT). Para Jayme, esses



Agripino acredita que os créditos são bem analisados pelas instituições

empréstimos são impagáveis e foram concedidos sem levar em conta a capacidade do estado de arcar com os custos.

José Agripino (DEM-RN) observou que os empréstimos concedidos por organismos multilaterais já passam por uma “peneira grossa e fina” por parte dessas instituições. Ele recomendou separar essas operações das demais, porque visam financiar projetos de desenvolvimento nos estados.

Luiz Henrique vê endividamento para pagar dívidas

Luiz Henrique (PMDB-SC) afirmou que a questão da dívida dos estados tomou um “caminho equivocado”. Em vez de buscar a redução dos encargos, os estados estão se endividando mais para cumprir os compromissos.

Alvaro acusou o governo de tratar a dívida dos estados de forma irresponsável. Segundo ele, está sendo construída “uma bomba de efeito retardado” e alguns estados obtêm mais facilidades do que outros, o que o leva a acreditar que há um tratamento político de um assunto de natureza técnica.

Pedro Taques (PDT-MT) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) questionaram o tempo curto para análise, pois as quatro operações na pauta de ontem chegaram à CAE na noite de segunda-feira. Ferraço chegou a sugerir a suspensão das



Luiz Henrique diz que a dívida dos estados tomou um caminho errado

deliberações até que chegassem explicações do secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. O pedido não foi atendido pelo presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), que anunciou uma audiência pública com Augustin.



Dornelles destaca aumento da dívida bruta sem reflexo na dívida líquida

Francisco Dornelles (PP-RJ) sugeriu pedido de informações sobre dívidas bruta e líquida do governo federal. Segundo ele, a série de empréstimos do Tesouro ao BNDES e à Caixa Econômica Federal pode estar ressuscitando a chamada conta-movimento. Essa conta era utilizada como fonte de suprimento automático do Banco do Brasil, para viabilizar a política de crédito oficial sem provisionamento de recursos. Segundo Dornelles, assim há um aumento da dívida bruta sem reflexo na dívida líquida, o que considerou “uma farsa”.

Projeto amplia participação popular no Orçamento

A iniciativa popular no processo orçamentário poderá ter novas regras. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta que obriga o Executivo e o Legislativo a promoverem e incentivarem a participação dos cidadãos na elaboração, aprovação e controle da execução do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do Orçamento anual.

O projeto (PLS 171/2005), de Pedro Simon (PMDB-RS), prevê a realização de audiências públicas, precedidas de ampla divulgação, e a recepção, para análise, de propostas de iniciativa popular. O relatório de Cristovam Buarque (PDT-DF) foi lido por Eduardo Suplicy (PT-SP), que lembrou o orçamento participativo, adotado por estados e municípios. A matéria segue para o Plenário.



Projeto de Simon prevê recepção de propostas de iniciativa popular

Comissão mista vota hoje relatório preliminar da LDO

Foi adiada para hoje reunião da Comissão Mista de Orçamento para votar o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014 (PLN 2/2013).

Ainda não houve acordo para a análise do texto, pronto há quatro semanas. Líderes impedem votações das comissões mistas (Orçamento e medidas provisórias) para pressionar a votação dos vetos presidenciais e a oposição quer que o Plenário do Congresso aprove projeto de resolução que define o prazo de 30 dias para a votação dos vetos.

Só após a aprovação da versão preliminar da LDO será possível abrir prazo para emendas. O relatório final precisa ser aprovado pelo Congresso até o dia 17 de julho para que se inicie o recesso parlamentar.

(Da Agência Câmara)



Deputado Danilo Fortes, relator, acredita na votação do texto hoje

Projeto que segue para a Câmara reduz de 80% para 60% o mínimo para a receita bruta derivada de vendas ao exterior, com gradação em quatro anos para novas empresas

Senado renova regras para zonas de exportação

O SENADO APROVOU ontem novas regras para as zonas de processamento de exportação (ZPEs). A proposta (PLS 764/2011) agora segue para a Câmara. O texto reduz de 80% para 60% o mínimo de receita bruta vinda de exportações, admitindo 50% para desenvolvedores de softwares ou prestadores de serviço de tecnologia da informação.

O objetivo da proposta, de Lídice da Mata (PSB-BA), é impulsionar as ZPEs, criadas há 25 anos para reduzir desequilíbrios regionais e melhorar a posição do país no comércio exterior. São áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens e serviços a serem comercializados em outros países. As empresas recebem tratamento tributário específico, com isenções.

Apesar de movimentarem cerca de US\$ 1 trilhão no mundo, as ZPEs ainda não saíram do papel no Brasil. Das 24 zonas que receberam autorização para funcionamento nos últimos anos, não há nenhuma



Romero Jucá abraça Lídice da Mata, autora da proposta aprovada no Plenário do Senado para impulsionar as ZPEs

em funcionamento. As duas mais próximas de entrar em operação, já com certificação da Receita Federal, são a do Acre e a de Pecém, no Ceará.

Pelo projeto, relatado por Jorge Viana (PT-AC), empresas situadas em ZPEs das Regiões Norte e Nordeste poderão alcançar de forma gradual o chamado compromisso exportador. No primeiro ano de funcionamento, terão de vender no mercado externo apenas 20% das receitas. No segundo ano, a exigência

sobe para 40% e, no terceiro, para 50%, até atingir os 60% a partir do quarto ano. A gradação foi estendida à Região Centro-Oeste, por emenda de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Os 40% restantes da produção de bens e serviços poderão ser vendidos no mercado interno, mas ficarão sujeitos ao pagamento dos mesmos impostos exigidos das empresas fora das ZPEs.

Segundo Viana, as 3.500 ZPEs instaladas em todo o mundo geram mais de 60

milhões de empregos — daí a importância de assegurar que o modelo tenha sucesso no Brasil. Além disso, têm espaços físicos delimitados, regras claras e não oferecem risco à indústria nacional, até porque, caso se interessem, essas indústrias também podem se instalar dentro das ZPEs.

Outra facilidade criada pela proposta é a possibilidade de firmas sediadas em ZPEs exportarem os produtos com a intermediação de *tradings* — empresas especializadas em

procedimentos de comércio exterior. O texto estabelece que a exportação de produtos nacionais, sem que tenha ocorrido a saída do território brasileiro, será admitida quando destinados a empresa sediada no exterior, ainda que a utilização se faça por terceiro sediado no país.

Para Lídice, todos os estados do país sonham em conquistar um setor industrial forte como o de São Paulo e do restante da Região Sudeste. A flexibilização das regras das ZPEs permitiria às empresas se tornarem mais competitivas.

A referência da senadora às regiões mais desenvolvidas do país foi uma resposta a críticas feitas por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), único voto contrário à aprovação da proposta. Como representante de São Paulo, o parlamentar criticou o modelo de ZPEs, afirmando que seriam indicadas para países com parque industrial ainda em formação, e não para o Brasil, que já conta com um setor integrado e devidamente instalado no país.

Cai a PEC que reduzia número de suplentes de senador

O Plenário rejeitou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC 37/2011) que reduzia o número de suplentes de senador e proibia que a vaga fosse destinada a cônjuge ou parente consanguíneo até segundo grau. Com 46 votos a favor, 17 contrários e 1 abstenção, a PEC não alcançou o mínimo para aprovação, 49.

O texto, de José Sarney (PMDB-AP), tinha ganhado voto favorável do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), para quem a restrição aumentaria a legitimidade do mandato. Nos debates, porém, senadores mostraram descontentamento.

Suplente de Marcelo Crivella, Eduardo Lopes (PRB-RJ) disse não ter visto, nos recentes protestos de rua, nenhuma faixa pedindo o fim da suplência. Delcídio do Amaral (PT-MS) afirmou que considerava a discussão “estéril” e Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs preferência para a proposta dele que prevê o voto direto para suplente (PEC 55/2007).



Proposta de diminuir de dois para um o número de suplentes de senador motivou ampla discussão no Plenário

Roberto Requião (PMDB-PR) classificou a proposta como irracional, mas defendeu a discussão de outras soluções. Para ele, é “moralismo meio udenista” permitir que um financiador possa ser suplente, mas não um parente.

Para Blairo Maggi (PR-MT), a proibição a parentes é apropriada, mas não se pode desqualificar todos os suplentes. Ataídes Oliveira (PSDB-TO), suplente do senador licenciado João Ribeiro (PR-TO), criticou os que chamam o

suplente de “biônico” e argumentou que as prioridades deveriam ser outras.

Benedito de Lira (PP-AL) disse que o Brasil precisa de uma reforma política verdadeira, “não uma colcha de retalhos”. Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que não é possível continuar com o modelo atual. Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que “toda eleição majoritária tem vice”. Pedro Taques (PDT-MT) declarou que é preciso mudar a realidade e Francisco Dornelles (PP-RJ) salientou

a condição fundamental do suplente para a eleição do titular. Wellington Dias (PT-PI) disse que pareceria que o Senado estava “fazendo de conta” uma reforma.

Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), suplente de Marta Suplicy, lembrou a trajetória política e recusou o apelido de “biônico”. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que ficaria ruim para o Senado deixar de dar uma resposta, mas Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) considerou a questão irrelevante.

Para Sarney, não há justificativa para dois substitutos

Ao defender em Plenário a PEC de autoria dele, José Sarney disse que não há justificativa para a existência de dois suplentes para cada senador no país. De acordo com o senador, é uma situação que só ocorre no Brasil e acaba servindo para “composições políticas espúrias, e não para o benefício das instituições”.

Sarney lembrou, no entanto, a necessidade de cada senador contar com um substituto.

— Se um senador desaparece, a instituição fica capenga, porque um estado passa a ter um representante a menos — enfatizou.

Sobre a vedação de parentes, ele disse que a proposta adota o que já está previsto na Constituição para presidente e governador.

— Não estamos fazendo nenhuma novidade.

Rollemberg sugere quatro temas para pauta prioritária

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) defendeu a votação de uma lista de matérias da “agenda das ruas” como parte da pauta prioritária do Senado (veja página 5). O senador sugeriu quatro temas: a perda automática dos mandatos de

parlamentares condenados no STF (PEC 18/2013); o fim do foro privilegiado (PEC 10/2013); a redução do número de assinaturas para projetos de iniciativa popular (PEC 3/2011); e o voto aberto no Congresso (PEC 20/2013).

Em defesa da PEC 18/2013, de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Rollemberg disse que é uma questão de coerência em relação à Lei da Ficha Limpa.

O senador também classificou como demanda da sociedade o fim do foro privilegiado

para parlamentares e outras autoridades, conforme PEC de Alvaro Dias (PSDB-PR).

Rollemberg defendeu a redução do número de assinaturas para projetos de iniciativa popular, de 1,3 milhão para 500 mil. A PEC é de autoria dele.

Quanto ao voto aberto proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS), Rodrigo Rollemberg disse que o tema vai ao encontro das demandas populares, em momento de “descredito dos partidos políticos”.

Em resposta às manifestações nas ruas, Renan reuniu líderes dos partidos para elaborar agenda positiva; sessões deliberativas passaram a se realizar diariamente

Senado mantém pauta de temas prioritários

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, reuniu os líderes partidários para propor uma agenda positiva, por meio da qual o Senado e a Câmara mostrem à população que os apelos dela foram ouvidos.

Desde 26 de junho, o Senado vem adotando um ritmo especial de trabalho, com sessões deliberativas todos os dias, pauta com temas de interesse social e projetos com tramitação mais rápida.

A motivação veio das ruas, das centenas de manifestações populares ocorridas ao longo de junho, que, entre outras coisas, cobraram da classe política uma maior proximidade da sociedade.

Renan chegou a receber manifestantes no gabinete.



Renan comanda reunião de líderes: projetos de lei com grande interesse social ganharam preferência no Senado

Aos parlamentares, ele pregou humildade, atenção às críticas da sociedade e “capacidade de se reinventar”.

Por meio da agenda positiva, a intenção é concentrar esforços na aprovação de projetos de

interesse social, a fim de dar à população uma resposta rápida aos anseios dela. As propostas, a maioria já em tramitação, foram reunidas em uma pauta batizada de prioritária — uma lista de projetos que combatem

corrupção e impunidade e melhoram saúde, educação, transporte e segurança.

Os protestos começaram na segunda quinzena de junho, com um ato contrário ao aumento das passagens de ônibus

em São Paulo. A partir da mobilização, outras eclodiram nas principais capitais.

Em Brasília, a primeira delas aconteceu no dia 17. Desde o início, os senadores mostraram-se sensíveis aos apelos populares.

Já na concentração do dia 17, um grupo de parlamentares se revezou no Plenário da Casa em solidariedade aos manifestantes. Senadores como Paulo Paim (PT-RS), Pedro Simon (PMDB-RS), Pedro Taques (PDT-MT), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Cristovam Buarque (PDT-DF) pediram maior envolvimento da presidente Dilma Rousseff nos acontecimentos e reconheciam a culpa dos políticos pela revolta popular.

Agenda positiva deu urgência a projetos considerados sensíveis

A pauta prioritária foi definida em uma reunião de líderes e anunciada em Plenário no dia 25 de junho.

Na lista, estão medidas como a transformação de corrupção em crime hediondo, a exigência de ficha limpa para servidor público, a destinação dos royalties do petróleo à educação, passe livre estudantil em todo o país, fim da aposentadoria como pena para juízes e promotores e o fim do voto secreto no Legislativo. No discurso de apresentação da prioridade de votações do Senado, Renan Calheiros deixou claro o objetivo da nova agenda:

— Vivemos um novo tempo, e o país reclama uma nova agenda. A sociedade, na maturidade democrática, está atenta, questionando tudo e todos. Ela cobra atenção permanente das instituições e exige ser

ouvida com maior frequência e atendida com preferência. Nenhum dos Poderes pode se achar perfeito a ponto de prescindir de aperfeiçoamentos. O Congresso, como sempre, dará as respostas.

Na primeira sessão da nova agenda, no dia 26, os senadores aprovaram regras para distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e a transformação de corrupção em crime hediondo.

Para cumprir a pauta positiva, projetos ganharam pedidos de urgência. Propostas de emenda à Constituição receberam calendário especial, com quebra de interstício (redução do prazo entre as sessões) e acordo para votações em sequência.

As segundas e sextas, reservadas normalmente à atuação parlamentar nos estados, passaram a contar com votações.

Pauta prioritária do Senado

PLS 240/2013 (Complementar) Distribuição dos recursos do FPE <i>Aprovado. Enviado para sanção presidencial</i>
PLS 204/2011 Corrupção como crime hediondo <i>Aprovado. Vai à Câmara dos Deputados</i>
PLS 105/2011 Regime do Simples para advogados <i>Aprovado. Vai à Câmara dos Deputados</i>
PEC 6/2012 Ficha limpa para servidor público <i>Aprovada. Vai à Câmara dos Deputados</i>
PLC 41/2013 Destinação dos royalties para educação e saúde <i>Aprovado com alterações. Retorna à Câmara dos Deputados</i>
PLS 129/2012 Altera arrecadação de direitos autorais pelo Ecad <i>Aprovado. Seguiu para a Câmara dos Deputados</i>
PLC 39/2013 Responsabilização da pessoa jurídica por corrupção <i>Aprovado. Enviado para sanção presidencial</i>
PLC 3/2013 Atendimento integral pelo SUS às mulheres vítimas de violência sexual <i>Aprovado. Enviado para sanção presidencial</i>
PRS 47/2013 Amplia as oportunidades para participação popular no processo legislativo <i>Aprovado. Enviado para promulgação</i>
PEC 20/2013 Fim do voto secreto em processos de cassação de mandato <i>Aguarda inclusão na pauta do Plenário</i>
PLS 248/2013 Passe livre para estudantes de todo o país <i>Consta da pauta do Plenário</i>
PEC 10/2013 Extingue foro privilegiado em crimes comuns <i>Aguarda inclusão na pauta do Plenário</i>
PECs 53/2011 e 75/2011 Possibilidade de demissão de juízes e promotores como punição administrativa <i>Aguarda inclusão na pauta do Plenário</i>
PEC 3/2011 Facilita o exercício da iniciativa popular <i>Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</i>
PLC 103/2012 Plano Nacional de Educação <i>Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</i>
PLC 11/2013 Cria Sistema Nacional de Combate à Tortura <i>Aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa</i>
PEC 36/2011 Serviço civil obrigatório para egressos de cursos na área de saúde de faculdades públicas ou privadas com financiamento público <i>Aguarda definição de calendário especial</i>
PEC 34/2011 Cria carreira de Estado de médico, com dedicação exclusiva ao SUS <i>Aguarda definição de calendário especial</i>
Ainda não apresentado Extinção do auxílio-reclusão
PLS 150/2006 Definição de organização criminosa <i>Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</i>
PEC 57A/1999 Expropriação de terras onde for encontrado trabalho escravo <i>Aguarda instalação de comissão especial para definir regras</i>
PLC 89/2007 (Complementar) Destina 10% da receita bruta para a saúde <i>Na Comissão de Assuntos Sociais</i>
PLS 86/2013 Zera alíquotas do Pasep para estados e municípios <i>Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</i>

Senadores já aprovaram 3 propostas anticorrupção

Passadas 7 das 13 sessões previstas para votação da pauta prioritária, os senadores começam a comemorar os resultados do novo momento de trabalho do Senado.

Três projetos de combate à corrupção são apontados como respostas diretas às reivindicações populares: o PLS 204/2011, que transforma corrupção em crime hediondo; o PLC 39/2013, que responsabiliza empresas por corrupção de

agente público; e a PEC 6/2012, que exige ficha limpa para ingresso no serviço público.

— Esses são temas que se comunicam com as ruas — afirmou o líder do PSB, Rodrigo Rollemberg (DF).



Taques, autor do texto que faz da corrupção crime hediondo

Do saldo de aprovações, constam outros projetos importantes, como o que amplia a participação popular no processo legislativo do Senado, ao permitir que a sociedade sugira alterações em projetos que tramitam na Casa (PRS 47/2013).

Cristovam critica pressa em votações

O esforço concentrado para atender o clamor da população recebeu críticas de Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele alertou para a pressa na votação de projetos importantes, como o que destina os royalties do petróleo para a educação e a saúde (PLC 41/2013), que, na opinião dele, não detalhou a origem, o destino e a forma de aplicação dos recursos na educação. Para o senador, o esforço concentrado está ocorrendo “de forma teatral”.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) advertiu que na sexta e na segunda-feira, apesar das sessões deliberativas marcadas, não houve votação de projetos previstos na agenda positiva, o que colocaria em

suspeição a veracidade da pauta prioritária:

— Ela foi concebida, ela foi elaborada para valer ou é apenas um jogo de cena para votar as coisas de afogadilho e imaginar que se está atendendo à rua e atendendo também à opinião pública?

Apesar do empenho em aprovar mais projetos que atendam as necessidades da população, os senadores afirmam ter a preocupação de não aprovar as matérias de forma apressada, o que pode comprometer a aplicação posterior.

Walter Pinheiro (PT-BA) cita como exemplo o projeto que cria o passe livre estudantil (PLS 248/2013), pronto para ser votado em Plenário, mas ainda em discussão pelos

senadores. Os parlamentares querem deixar claras a origem e a disponibilidade dos recursos para financiamento do passe livre a fim de que a medida, proposta por Renan Calheiros, não fique só no papel.

— Não podemos só dar uma resposta à população [com a aprovação dos projetos], temos de garantir que essas respostas sejam cumpridas — disse Pinheiro.

A intenção é evitar questionamentos como o que está ocorrendo com o projeto que destina royalties à educação, aprovado pelo Senado na semana passada e devolvido à Câmara para revisão. Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a proposta foi um retrocesso na educação.

Projeto que segue para votação na Câmara também diz que parentes têm direito ao mesmo período, se isso não prejudicar a empresa

Empregado poderá ser consultado sobre a melhor data para as férias

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o PLS 369/2011, de Ana Rita (PT-ES), que determina a consulta ao trabalhador sobre o período em que pretende tirar férias. Pela proposta, a concessão de férias deverá atender tanto as necessidades do patrão quanto os interesses do funcionário. O projeto segue agora para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Se aprovado, segue direto para a Câmara sem passar pelo Plenário.

Segundo o artigo 136 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o período concedido deve atender exclusivamente os interesses do empregador. Conforme alterações propostas pelo relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), o



Relator da proposta, Alvaro Dias fez alterações no texto original de Ana Rita

dispositivo passa a determinar que "a época da concessão das férias deverá levar em conta as necessidades do trabalho e os interesses do empregado; mas, inexistindo concordância quanto à definição do período em que serão gozadas — ou

acordo ou convenção coletiva a respeito —, caberá ao empregador a prerrogativa de fixar as datas, dando ciência ao empregado da decisão".

O relatório diz também que membros de uma mesma família terão direito a tirar férias

no mesmo período, se assim o desejarem e se isso não resultar em prejuízo para o serviço na empresa. Já o empregado estudante, menor de 18 anos, terá direito a fazer coincidir as férias no trabalho com as férias escolares.

Alvaro decidiu acatar emenda de José Agripino (DEM-RN) que exige o patrão de fundamentar a decisão final para o empregado. O autor da emenda argumenta que somente o empregador tem condições de auferir quantos e quais funcionários são necessários para o pleno funcionamento da empresa.

O texto tramita em conjunto com o PLS 552/2011 — do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ) —, considerado prejudicado pelo relator.

Servidores que trabalham na fronteira devem ter indenização

Audidores da Receita e policiais federais e rodoviários federais que trabalham na fronteira brasileira poderão ter direito a indenização estabelecida em projeto (PLC 47/2013) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A medida, que segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), procura minimizar a evasão de servidores de regiões vitais para a segurança nacional.

Pelo texto, o Poder Executivo vai definir as localidades estratégicas que darão ao servidor o direito à indenização. Também pode sofrer variação o grau de dificuldade de fixação de servidores por parte



Cassol pediu inclusão da proposta na CAE, que aprovou o texto ontem

do Departamento de Polícia Federal, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da Receita Federal do Brasil.

O relator na CAE, Ivo Cassol (PP-RO), pediu a inclusão da proposta na pauta da comissão diante da importância para o combate aos delitos na fronteira.

Aprovada a criação de seguro obrigatório para corretor

Projeto que cria seguro obrigatório para o exercício da atividade de corretor de seguro (PLC 7/2013) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e vai agora para exame no Plenário do Senado antes de seguir para sanção. O relator na CAE, Sérgio Souza (PMDB-PR), propôs a rejeição de emendas apresentadas na comissão.

O objetivo da proposta é garantir ao segurado reparação de danos eventualmente causados pelo corretor nas operações de contratação de seguros. Tanto as pessoas jurídicas como as físicas que se dedicam à corretagem terão



Relator, Sérgio Souza rejeitou emendas apresentadas na comissão

de comprovar a contratação desse seguro obrigatório para obter a habilitação para atuar no mercado.

A fiscalização do cumprimento da exigência será feita pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelas entidades autorreguladoras do mercado de corretagem.



Kátia Abreu: diretores hoje são indicados por critérios políticos

Comissão debaterá escolha de diretores de escolas públicas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) promoverá uma audiência para que os senadores debatam o atual processo de escolha de diretores das escolas públicas no país.

O requerimento para o debate foi aprovado ontem.

O pedido partiu de Kátia Abreu (PSD-TO), que destacou o fato de a maioria dos diretores ocupar o cargo a partir de indicações políticas.

Na opinião da senadora, precisam ser estudados critérios técnicos e instrumentos de valorização do mérito profissional na escolha dos diretores.

A audiência pública deverá ser realizada depois do recesso parlamentar de julho e contará com a participação de especialistas e autoridades da área da educação.

Datas nacionais

Também ontem, a Comissão de Educação aprovou 44 projetos de lei sobre datas comemorativas e denominações de estradas e locais públicos.

Entre eles, está o PLS 377/2011, de Lindbergh Farias (PT-RJ), que institui o Dia Nacional da Síndrome de Down.

Divisão de férias para maiores de 50 anos pode ser decidida hoje em votação final

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode decidir hoje, em votação final, o direito de parcelamento das férias anuais em dois períodos para menores de 18 anos e maiores de 50 anos, como acontece para os demais trabalhadores. O autor do projeto (PLS 62/2005) é Paulo Paim (PT-RS).

O relator na CAS, Armando Monteiro (PTB-PE), apresentou substitutivo rejeitando o PLS 286/2007, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que tramita em conjunto e propõe a concessão de férias proporcionais aos empregados que tenham sido contratados há pelo menos seis meses. Armando enfatizou que não há precedente legislativo autorizando férias antes de o empregado ter completado um ano. Para defender o fracionamento, ele argumentou

que a proibição para trabalhadores com menos de 18 anos ou mais de 50 anos se baseava na idade com que as pessoas começavam a trabalhar e à expectativa de vida na época da lei.

A mudança visa à adequação do texto ao presente, segundo o relator, observando o princípio de proteção ao trabalhador e tornando os efeitos menos onerosos para o patrão.



Armando: mudança se adapta à realidade atual

Projeto proíbe venda de cigarro em banca de jornal, mercado e posto de gasolina

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode votar hoje o projeto do senador Paulo Davim (PV-RN) que restringe os pontos de vendas de cigarros (PLS 139/2012). A proposta proíbe a comercialização de tabaco e produtos derivados em postos de gasolina, supermercados, estabelecimentos de venda ou consumo de alimentos, lojas de conveniência e bancas de jornal.

Segundo Davim, o tabaco está associado ao crescimento de diversas doenças crônicas que levam à morte. Ele também ressalta o impacto da publicidade nos pontos de venda sobre crianças e adolescentes.

— Restringir os locais onde se pode comprar cigarro constitui não apenas a imposição de maiores dificuldades para o consumo, mas também uma

estratégia efetiva para reduzir sua promoção e contribuir para o controle do tabaquismo em nosso país — afirma.

O relator na CAS, José Pimentel (PT-CE), deu voto favorável à aprovação do texto. Depois da CAS, a matéria será examinada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde receberá decisão terminativa.



Pimentel, relator na CAS, foi favorável ao texto

Texto, que será analisado pelos Plenários da Câmara e do Senado, estende renegociação de dívidas a todos os agricultores do Nordeste; medida também trata de taxistas

Avança MP de socorro a atingidos pela seca

A COMISSÃO MISTA que analisou a Medida Provisória 610/2013, que prevê socorro a atingidos pela seca, aprovou ontem o parecer do relator, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). O relatório estende benefícios a todos os produtores rurais do Nordeste. O texto original da MP beneficiava só os agricultores que participam do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A expectativa do relator é que a MP seja votada nos Plenários da Câmara e do Senado até segunda-feira.

O relatório aprovado pela comissão prevê a renegociação de dívidas de todos os

produtores nordestinos contraídas até 31 de dezembro de 2006 de todas as fontes oficiais.

Segundo Eunício, o relatório beneficia 440 mil produtores do Nordeste, com a renegociação de R\$ 4,5 bilhões em dívidas. O texto original da MP atendia a 100 mil pequenos agricultores.

O senador fez apenas pequenas alterações no texto apresentado na segunda-feira. A principal delas foi a inclusão de mudanças na Lei dos Taxistas (Lei 12.468/2011), que havia tido partes vetadas pela presidente Dilma Rousseff. O relator especificou que a exploração de serviços de táxi depende de autorização do

poder local e que os requisitos serão estabelecidos em lei.

Partes da Lei dos Taxistas haviam sido vetadas por Dilma porque a organização do transporte público é responsabilidade do município.

Eunício incluiu na proposta benefícios fiscais. As isenções estavam previstas em medidas provisórias que perderam a validade porque não foram votadas em tempo hábil pelo Congresso. É o caso da inclusão de diversos setores na política de desoneração tributária da folha de pagamentos, como construção civil, jornalismo e radiodifusão, transportes, gesso, caju e comércio varejista.

(Da Agência Câmara)

A agricultores, Renan diz que tema é prioritário no Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, garantiu a agricultores do Nordeste que dará prioridade à votação da Medida Provisória (MP) 610/2013, que estabeleceu ações emergenciais para socorrer municípios atingidos pela seca.

— Criou-se uma grande expectativa nos nossos estados. Essa medida em muito nos atenderá para que possamos sair de uma vez por todas desse endividamento, que é um endividamento crônico — afirmou o diretor da Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Irecê (BA), Everaldo Dourado.

O relatório de Eunício Oliveira (PMDB-CE) foi aprovado ontem pela comissão mista. A expectativa dos produtores é que a Câmara delibere sobre a MP hoje, a tempo de ser examinada pelo Senado amanhã.

O relator prevê a renegociação de dívidas de agricultores do Nordeste adquiridas até 31 de dezembro de 2006, junto

a todas as fontes oficiais e para todos os produtores nordestinos.

De acordo com o texto, no semiárido, dívidas originais de até R\$ 15 mil terão descontos de 85%; entre R\$ 15 mil e R\$ 35 mil, de 75%; e entre R\$ 75 mil e R\$ 100 mil, de 50%. Nos demais locais da Região Nordeste, os abatimentos serão de 65%, 45% e 40% para os mesmos valores contraídos.

Depois de concedido o desconto, o produtor poderá refinarçar o saldo remanescente em até dez anos, com carência mínima de três anos e taxa de juros de 3,5% ao ano. A condição foi incluída por Eunício.

Ainda conforme o parecer do relator, os mutuários poderão refinarçar operações de crédito rural contratadas até 31 de dezembro de 2006, no valor original de até R\$ 200 mil, em dez anos. A carência mínima será de três anos, e a taxa de juros será de 3,5% ao ano. (Com Agência Câmara)



Eunício Oliveira e Renan Calheiros (C) recebem agricultores e pecuaristas do Nordeste: MP prevê renegociação de dívidas

Produtor rural familiar poderá ter incentivo para recuperar mata

O governo federal poderá financiar ações de recuperação florestal e implantação de sistemas agroflorestais nos assentamentos de reforma agrária e em áreas degradadas nas propriedades e posses de agricultores familiares.

Uma proposta nesse sentido (PLC 99/2012) foi aprovada ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e será enviada para a sanção presidencial caso não

seja apresentado recurso para votação em Plenário.

As ações de reflorestamento e as atividades agroflorestais devem resultar em renda para as famílias rurais, em complementação alimentar e em alternativa energética. As atividades poderão ser financiadas pelos Fundos Nacionais sobre Mudança do Clima, do Meio Ambiente, de Desenvolvimento Florestal e Amazônia.

O texto foi apresentado pelo ex-deputado Maurício Rands e

pelo deputado Weliton Prado (PT-MG). Explica o relator na CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF):

— É um projeto de extrema importância, pois atende à preocupação levantada quando da aprovação do Código Florestal. Os pequenos produtores precisam de apoio para recuperar áreas de preservação permanente e de reserva legal. O projeto incentiva o governo a criar instrumentos para apoiar esses pequenos produtores.



Rodrigo Rollemberg, relator do projeto: "Pequeno produtor requer apoio"

Plano diretor dos municípios deverá incluir paisagismo de espaços de lazer

A inclusão do paisagismo de espaços urbanos destinados à circulação de pessoas e recreação poderá ser obrigatória no plano diretor dos municípios, conforme prevê substitutivo de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ao PLC 59/2010, aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A proposta é do ex-deputado Miguel Martini. De acordo com a proposta, o plano de paisagismo dos espaços de lazer e circulação deve conter inventário com quantidade e tipo de espécies a serem plantadas, estratégias para conservar as árvores existentes e para plantio de espécies nativas da região e normas relativas à produção de mudas, podas e manejo das árvores.

Também determina que sejam

previstos equipamentos e mobiliário urbano a serem implantados. Prevê ainda que sejam seguidas normas de acessibilidade na pavimentação e na programação visual da área, além da criação de programa de educação ambiental.

O relator na CMA fez mudanças, como a que torna obrigatória a utilização de espécies nativas.



Randolfe Rodrigues, relator do projeto de lei, definiu uso de espécies nativas da flora

Comissões chamam governo para discutir opção por hidrelétricas sem reservatório

A opção por hidrelétricas com pequeno ou nenhum reservatório d'água, chamadas usinas a fio d'água, será discutida em audiência das Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Serviços de Infraestrutura (CI), com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann. O debate, proposto por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), será em 14 de agosto.

Para evitar o impacto ambiental resultante da inundação de terras para formação de reservatórios, as hidrelétricas hoje em construção na Região Norte, como Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, são a fio d'água.

Segundo o presidente da CMA, Blairo Maggi (PR-MT), o modelo depende do regime de chuvas, o que reduz a

capacidade de geração de energia na época seca:

— É mais ou menos como se você não tivesse uma caixa d'água em sua casa e dependesse da concessionária injetar água na tubulação. No momento que quebra uma bomba ou estoura um cano na rua, você fica sem água. Isso não aconteceria se você tivesse a caixa d'água.



Flexa Ribeiro propôs que o Senado discuta o uso de usinas hidrelétricas a fio d'água

Senadores questionaram procurador e juiz sabatinados ontem sobre vitaliciedade de magistrados, lentidão da Justiça e restrições a apresentação de recursos judiciais



Vital (C) coordena sabatina que aprovou Wellington Saraiva (E) para o Conselho Nacional de Justiça e Leonardo Duarte para Conselho Nacional do Ministério Público

Comissão aprova indicados aos Conselhos de Justiça e do MP

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou ontem a recondução do procurador da República Wellington Cabral Saraiva ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a indicação do juiz Leonardo de Farias Duarte ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). As indicações foram feitas, respectivamente, pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e referem-se ao biênio 2013-2015.

Os dois processos seguem, agora, para votação em regime de urgência no Plenário do Senado.

A garantia de vitaliciedade a juízes e membros do Ministério Público, o combate à morosidade no Poder Judiciário e restrições à apresentação de recursos judiciais foram temas de destaque durante a sabatina.

Questionado pelo senador Pedro Taques (PDT-MT), o juiz Leonardo Duarte optou por não expressar uma opinião pessoal sobre a vitaliciedade.

Após reconhecer o Congresso como “arena ideal para decidir essas questões”, Farias ponderou que os críticos da prerrogativa reivindicam, na verdade, o fim da pena de aposentadoria compulsória com proventos proporcionais a juízes e promotores condenados por crimes graves. Já os defensores, na avaliação dele, vêm na vitaliciedade uma garantia mínima para a atuação independente dessas categorias.

Recursos judiciais

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) indagou a posição do procurador Wellington Saraiva quanto a restrições à sucessiva apresentação de recursos judiciais — objeto de proposta de emenda à

Constituição em tramitação no Senado (PEC 15/2011) — frente à garantia constitucional de ampla defesa do acusado.

O indicado ao Conselho Nacional de Justiça recomendou a busca de um ponto de equilíbrio entre os dois princípios, apontando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como forte opositora à redução das possibilidades recursais.

—Tenho a impressão de que, ao longo dos anos, a jurisprudência e a legislação têm dado dimensão excessiva ao princípio da ampla defesa e restrita à duração razoável do processo. Isso tem levado a um grau de ineficiência intolerável para o Judiciário. Não se pode conviver com processos criminais que ensejam 20 recursos e que acusados já condenados entrem com agravos que não acabam nunca — protestou Wellington Saraiva.

Morosidade

Em resposta ao presidente da CCJ, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), o procurador da República citou três frentes de atuação do CNJ para combater a morosidade na Justiça. Depois de revelar que o problema representa 60% das demandas levadas à Ouvidoria do conselho, Wellington Saraiva citou o empenho da instituição em enfrentá-lo por meio do processo judicial eletrônico, da doação de equipamentos para tribunais com carência de recursos tecnológicos e da implantação de um projeto nacional de conciliação e mediação entre as partes.

A sabatina dos indicados aos conselhos de Justiça e do Ministério Público também contou com a participação dos senadores Wellington Dias (PT-PI), Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP).

Sabatinada para CNJ defende proteção a magistrados

A CCJ aprovou por unanimidade, ontem, a indicação da desembargadora Ana Maria Amarante, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2013-2015. A indicação segue para o Plenário, em regime de urgência.

Questionada por Pedro Taques (PDT-MT) e Blairo Maggi (PR-MT) sobre o instituto da vitaliciedade para magistrados, Ana Maria se mostrou favorável à manutenção da prerrogativa. Para ela, a natureza do trabalho dos magistrados muitas vezes carece dessa proteção, sobretudo nos julgamentos de pessoas poderosas.

Entretanto, ela reconheceu que é justo os cidadãos não se conformarem em ver juízes recebendo a pena máxima de aposentadoria em razão de crimes por eles cometidos.



Ana Maria Amarante foi aprovada por unanimidade pela CCJ

Renan reafirma que vitaliciedade de juízes não está em pauta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reafirmou que o Congresso não está discutindo o fim da vitaliciedade para juízes. Ele recebeu ontem os juízes João Ricardo do Santos Costa, do Movimento

Unidade e Valorização da Magistratura; Luiz Pedro Ivens, da Associação Alagoana de Magistratura; e membros das Justças Federal e do Trabalho.

— A discussão da PEC 53 não passa pela vitaliciedade.

Jamais o Legislativo iria discutir cláusula pétrea, como a vitaliciedade da magistratura. O que está em discussão é o fim da aposentadoria como pena disciplinar para juiz, que pode ser interpretada como

um prêmio em vez de uma punição — explicou Renan.

As PECs 53/2011, que exclui a aposentadoria compulsória das penas disciplinares a juízes, e a 75/2011, que prevê demissão e cassação de

aposentadoria como pena para promotores e procuradores de Justiça, ambas de Humberto Costa (PT-PE), estão prontas para votação no Plenário. (Com Secretaria de Imprensa da Presidência)

Texto sobre cassação automática de parlamentares condenados por corrupção precisa avançar, diz Jarbas

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) voltou a cobrar, ontem, a votação de proposta de emenda à Constituição que ele apresentou para tornar automática a perda de mandato de parlamentares condenados por improbidade administrativa ou crimes contra a administração pública, com sentença transitada em julgado. A PEC 18/2013 está sendo analisada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com relatoria de Eduardo Braga (PMDB-AM).

Jarbas disse que o esforço concentrado que o Senado faz há duas semanas poderia ser usado para votar a PEC.

O senador cobrou explicações do presidente da Casa, Renan Calheiros,

do presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), e do relator, Eduardo Braga, que ainda não entregou parecer à comissão, sobre o atraso na votação da PEC. A proposta acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Constituição federal.



Senador cobra votação de proposta de emenda à Constituição que está sob análise da CCJ

Capiberibe pede fim do foro privilegiado para políticos e autoridades em caso de crime comum

Ao apontar o fim da impunidade e da corrupção como as principais reivindicações do povo nas ruas, João Capiberibe (PSB-AP) defendeu, ontem, o fim do foro privilegiado para parlamentares e outras autoridades no caso de crimes comuns. Ele pediu rapidez na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2013, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que aguarda análise de emenda na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), relatada por Walter Pinheiro (PT-BA).

Capiberibe comparou a legislação brasileira com a de outros países para mostrar que o problema no Brasil não é a falta de leis, mas a aplicação delas. Ele citou o ex-ministro do Orçamento

francês Jérôme Cahuzac, responsável pelo combate à evasão de divisas e acusado de manter contas bancárias não declaradas em Cingapura e na Suíça. Cahuzac renunciou ao mandato de deputado, demitiu-se do cargo de ministro e pediu desculpas à nação. Foi indiciado e pode ser preso.

— É que nesses países a aplicação da lei é imediata — disse Capiberibe.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lembrou que é importante votar também a PEC 18/2013, de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que determina a perda imediata do mandato de quem é condenado em processo por crime e que tenha, na condenação, perdido os direitos políticos.

Sistema de combate à tortura avança no Senado

Projeto prevê dois órgãos federais para atuar na prevenção ao crime em delegacias, hospitais psiquiátricos e outros estabelecimentos públicos onde cidadãos fiquem sob custódia

A CRIAÇÃO DE um sistema nacional de prevenção e combate à tortura foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O objetivo é evitar o crime em locais como delegacias, hospitais psiquiátricos, casas de custódia e centros de detenção disciplinar militar.

Antes de o projeto da Câmara (PLC 11/2013) ir para o Plenário do Senado, ainda pode passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas a presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), informou que existe requerimento para o texto seguir direto ao Plenário.

O relator, João Capiberibe (PSB-AP), afirmou que o projeto chega com atraso, tendo em vista a precariedade das prisões brasileiras, com a prática constante de tortura.

Dois novos órgãos criados pelo projeto na Secretaria de Direitos Humanos farão parte do sistema: o Comitê Nacional



Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Ana Rita diz que projeto relatado por Capiberibe pode ir direto ao Plenário

de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT).

O CNPCT será composto por 23 membros, dos quais 11 representantes do Executivo federal e 12 de conselhos de classes profissionais e de organizações da sociedade civil. Deverá propor

aperfeiçoamentos a programas, recomendar a elaboração de estudos e pesquisas, apoiar a criação de comitês ou comissões estaduais, subsidiar o MNPCT com dados e informações e manter cadastro de alegações, denúncias criminais e decisões judiciais.

Para a escolha dos representantes da sociedade civil

no CNPCT, o projeto garante a realização de uma consulta pública prévia, observada a representatividade e a diversidade da representação.

O MNPCT será composto por 11 peritos, escolhidos pelo comitê dentre pessoas com notório conhecimento sobre o assunto, atuação e experiência na área. Eles terão

independência de atuação e garantia do mandato, com atribuição de planejar e realizar visitas periódicas às pessoas privadas de liberdade, em todas as unidades da Federação, para verificar as condições a que se encontram submetidas.

Os peritos também poderão fazer recomendações às autoridades responsáveis pelas pessoas custodiadas para garantir direitos, além de requerer à autoridade competente a instauração de inquérito administrativo ou criminal quando constatarem indícios da prática de tortura e de outros tratamentos e práticas cruéis.

Os apoios financeiro, técnico e administrativo ao funcionamento do comitê e do MNPCT serão prestados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, especialmente para a realização das visitas periódicas nos estados.

(Com Agência Câmara)

Ministra dos Direitos Humanos pede urgência para a votação final

Depois de passar na CDH, o projeto ganhou apoio da ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, que ontem se reuniu com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir urgência na aprovação. Ana Rita também participou da reunião.

A ministra disse que não se pode fechar os olhos para

a existência de tortura em ambientes fechados como delegacias, hospitais psiquiátricos e instituições de longa permanência de idosos.

— Será um mecanismo nacional que terá a oportunidade legal de entrar nessas instituições, mesmo sem aviso prévio, e verificar as condições de vida e as situações de maus-tratos,

levando responsabilização àqueles que promovem a tortura — argumentou.

Maria do Rosário disse que as recentes manifestações populares têm caráter progressista. Assim, projetos ligados aos direitos humanos devem entrar na pauta prioritária proposta por Renan para votação no Plenário.



Maria do Rosário afirma que não se pode ignorar a existência da tortura

Inácio ressalta luta do comunista Marighella

Na sessão solene realizada segunda-feira, no Senado, pelos 100 anos de nascimento do ex-deputado comunista Carlos Marighella, assassinado pela ditadura militar, Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que o revolucionário baiano foi destacado defensor da democracia e que a luta



Pedro Franco/Agência Senado

dele continua viva porque a democracia no Brasil é conduzida por menos de “meia dúzia de famílias”.

Segundo Inácio, Marighella lutou na legalidade e na clandestinidade pelo fim das prerrogativas dos setores dominantes e pela igualdade entre todos os cidadãos. Depois do golpe militar de 1964, dirigiu uma das organizações mais destacadas na luta contra a ditadura, a Ação Libertadora Nacional.

— Marighella é um desses filhos que se somam a tantos que lutaram e deram a vida para estruturar o nosso país e, nas horas mais duras da nacionalidade, da constituição do Brasil, foram os seus filhos mais simples, mais humildes que levantaram a voz e muitos, com armas em punho, permitiram que existisse o Brasil — afirmou o senador.

Inácio lembrou que a luta armada foi necessária em diversos momentos históricos do Brasil, para que a democracia pudesse prevalecer.

Vanessa celebra opinião sobre mulher na política

Em pronunciamento ontem, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou a opinião positiva do povo brasileiro sobre a presença das mulheres na política, apurada em pesquisa realizada pelo Ibope em conjunto com o Instituto Patrícia Galvão. Entre os números do levantamento, divulgados ontem pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Vanessa sublinhou que 71% dos entrevistados consideram “muito importante” ou “importante” a aprovação do projeto que garante 50% de mulheres na lista de candidatos de cada partido. Ela assinalou ainda que quatro em cada cinco pessoas concordam que as leis devem garantir número igual de homens e mulheres no exercício de cargos políticos.

— Para garantirmos uma melhor representação, temos de fazer a reforma política. E temos o entendimento de que, no debate da reforma política, se faz imprescindível o debate da própria representação da sociedade brasileira — afirmou.

A senadora apontou as dificuldades que as mulheres têm para participar da vida política do país. Na avaliação dela, no modelo de financiamento privado de campanhas eleitorais, os recursos geralmente são destinados a candidatos homens. Vanessa argumentou que a pesquisa, realizada antes das manifestações de junho, mostra que há demanda por uma reforma “que aponte para a democracia” e assegure igualdade de condições nas eleições.

Paim homenageia Nelson Mandela

Paulo Paim (PT-RS) homenageou, na segunda-feira, o ex-presidente da África do Sul e Prêmio Nobel da Paz Nelson Mandela, de 94 anos, que está internado há um mês com infecção pulmonar grave.

— Sei que ele está num momento difícil. Eu falo muito aqui em flores, como se eu estivesse podendo neste momento remeter muitas flores em vida para Nelson Mandela — disse o senador, depois de citar trecho de uma música sobre saudade.

Paim destacou a trajetória do menino negro, que nasceu em uma aldeia africana, filho de pais analfabetos, tendo se tornado um dos maiores líderes mundiais, e ressaltou a luta de Mandela contra o apartheid.

— A África do Sul era um país que não olhava para o seu povo. Tudo era separado: ônibus, bares. Postos de saúde não havia para negros, nem para indianos, nem mestiços. Somente humilhação e muita pobreza, e Nelson diz: “Vou mudar as leis” — relatou o senador.

Paim se referiu ainda aos 27 anos de prisão de Mandela, que ganhou apoio de militantes dos direitos humanos no mundo todo, exigindo a libertação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Presidente da agência reguladora afirmou que quantidade menor do espectro será licitada caso se verifique que TV aberta perderá espaço

TV não será prejudicada na licitação da faixa dos 700 MHz, diz Anatel

O PRESIDENTE DA Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende, garantiu que nenhuma emissora de TV será prejudicada no remanejamento da faixa dos 700 MHz do espectro eletromagnético. O governo pretende usar grande parte da faixa, hoje ocupada pela TV aberta, para instalar a tecnologia de quarta geração (4G) de telefonia celular.

Rezende falou em uma audiência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A reunião foi presidida por Zeze Perrella (PDT-MG) e requerida por Lobão Filho (PMDB-MA). A licitação deve ocorrer em 2014.



Comissão de Ciência e Tecnologia faz debate sobre licitação da faixa de 700 MHz

O diretor-geral da EBC, Eduardo Castro, manifestou o temor com o remanejamento das faixas, lembrando que emissoras públicas também devem ter espaço garantido.

Para o comandante do Centro de Comunicação e Guerra Eletrônica do Exército, general

Antonino dos Santos Guerra Neto, também é preciso assegurar uma faixa exclusiva para a segurança pública.

O presidente da Anatel afirmou que nenhuma emissora será prejudicada e que haverá uma quantidade de mega-hertz destinada à segurança pública.

Para ele, a TV aberta deve ser preservada, mesmo que a licitação tenha que ser menor do que o planejado inicialmente.

— Se algum radiodifusor for prejudicado porque ele tem que ser remanejado ou não vai ter o seu serviço, nós vamos ter que licitar menos quantidade de espectro para preservar também a radiodifusão.

Segundo Rezende, em 1.500 municípios pode haver problemas no remanejamento, porque são lugares com um maior número de emissoras de TV. No entanto, em 4.200 cidades a faixa não é ocupada. O diretor da Anatel garantiu, porém, que não é intenção do governo excluir nenhuma emissora de TV aberta.

Tecnologia é abrangente e requer menos antenas

A faixa dos 700 MHz é ocupada pelas emissoras de TV aberta. Com a transferência do sinal analógico para o digital, será possível mais emissoras ocuparem o mesmo espaço do espectro.

A transferência definitiva para o padrão digital estava marcada para 2016. No entanto, o governo resolveu antecipar o desligamento da TV analógica para 2015 nas grandes cidades e prorrogar para 2018 nos demais municípios, a fim de liberar a faixa dos 700 MHz para a instalação da tecnologia 4G de telefonia celular.

A faixa é ideal para a telefonia celular por alcançar grandes distâncias com menos antenas.

Emissoras temem interferência de celular

Os representantes das TVs alertaram para o risco de interferência do sistema de telefonia no sinal da TV aberta. Segundo Paulo Ricardo Balduino, um dos diretores da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), é preciso fazer testes rigorosos para impedir a interferência, que provoca “a tela preta” na TV aberta. O representante da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), Walter Vieira Ceneviva, declarou que os testes ainda não foram concluídos e que a antecipação da mudança da TV aberta para a digital é grave:

— Pode acontecer que os receptores de televisão nada captem.

Telefonia móvel arcará com custo de remanejamento

Questionado por Lobão Filho (PMDB-MA) sobre a possibilidade de a licitação dos 700 MHz financiar o processo de transferência do sinal analógico para o digital, o presidente da Anatel afirmou que essa é a intenção. Ele explicou que os vencedores terão de arcar com os custos de remanejamento das emissoras e outras questões, como filtros para impedir interferência de sinal.

Uso de pré-pago poderá ser informado na internet

Para manter usuários de telefonia móvel informados sobre os serviços adquiridos, a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) aprovou ontem que operadoras de telefonia móvel sejam obrigadas a informar pela internet a utilização de créditos nos planos pré-pagos, assegurada a privacidade do usuário, preços e serviços oferecidos. O projeto segue para a Câmara se não houver recurso para votação no Plenário.

A autora do projeto (PLS

52/2012), Lídice da Mata (PSB-BA), observa que as informações divulgadas pelas empresas nem sempre

são claras e os assinantes de planos pré-pagos encontram dificuldades para acompanhar os gastos.



Presidente da comissão, Blairo Maggi (E) conduz a sessão que aprovou o projeto

A relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), concorda com a proposta e informa que a modalidade pré-paga lidera as reclamações em órgãos de defesa do consumidor. Ela lembra que as operadoras têm sistemas informatizados para gerenciar o uso dos créditos, fazendo com que a publicação da informação na internet não implique grandes gastos, “ainda que se considere o aparato de segurança imprescindível à garantia de privacidade de cada usuário”, frisou.

Alfredo Nascimento apoia greve dos funcionários do Dnit

Alfredo Nascimento (PR-AM) manifestou apoio à greve dos funcionários do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), por reajuste salarial.

— A paralisação pode agravar ainda mais os problemas da infraestrutura brasileira, emperrando projetos que já enfrentam dificuldades para sair do papel — alertou.

Para o senador, o Dnit é o “principal indutor da ampliação e modernização da infraestrutura logística”. Ele anunciou que vai encaminhar ofício às ministras do Planejamento e da Casa Civil pedindo providências.



Senador destaca papel importante do órgão na infraestrutura do país

Cícero Lucena cobra ação do governo em mobilidade urbana

Cícero Lucena (PSDB-PB) criticou a falta de ação do governo diante dos problemas de mobilidade urbana, argumentando que o povo brasileiro se manifestou nas ruas contra o transporte caro e de baixa qualidade.

— O governo conhece profundamente o problema e sabe quais são as suas origens. Se não os resolve é por pura e completa incompetência gerencial e, sobretudo, falta de vontade política.

Cícero lembrou que há várias propostas sobre mobilidade urbana em tramitação no Senado.



Manifestações pediram transporte mais barato, lembra o senador

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Carreira de médico de Estado terá rito especial

Agilidade na tramitação da proposta foi aprovada pela maioria dos líderes partidários, mas vários senadores criticaram a falta de votação na Comissão de Constituição e Justiça

A CRIAÇÃO DA carreira de médico de Estado (PEC 34/2011) ganhou um calendário especial ontem, quando o Plenário aprovou requerimento do autor da PEC, Vital do Rêgo (PMDB-PB). Apesar de o pedido ter sido assinado pela maioria dos líderes partidários, vários senadores sugeriram o retorno da proposta para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O líder do PT, Wellington Dias (PI), votou contra a tramitação especial argumentando que a proposta não pode seguir sem avaliação do impacto financeiro, pois criaria mais divisões.

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), também contrário ao requerimento, questionou o fato de a PEC não ter sido submetida antes à CCJ. Vital alegou que a proposta já

estava pronta para ser instruída na CCJ, com parecer de Paulo Davim (PV-RN), quando entrou para a pauta prioritária do Senado, por acordo das lideranças.

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), disse que, se o acordo não fosse cumprido, “teria dificuldade” para assinar outros requerimentos de urgência.

Já o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), defendeu uma discussão

com o Ministério da Saúde e a Casa Civil, pois a proposição coincide com medidas do governo que criaram o Programa Mais Médicos. Ele sugeriu que a proposição seja votada até o dia 17.

— Que o nosso Plenário tenha tempo de analisar o parecer de Paulo Davim e, ao mesmo tempo, fazer a compatibilização desse parecer com as edições que aconteceram por parte do governo.

Para Viana, programa lançado por Dilma eleva qualidade do SUS

Jorge Viana (PT-AC) elogiou o Programa Mais Médicos, que prevê a contratação de médicos para atuar em municípios do interior e na periferia das grandes cidades.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Viana, o programa atende uma das principais demandas da população: a melhoria da saúde pública. Ele lembrou que as manifestações do mês passado colocaram um atendimento melhor na área da saúde no topo da lista de reivindicações.

— Com a ascensão da população para a classe média e as políticas sociais bem colocadas do governo, temos um aumento da longevidade da população. Mas viver mais com saúde debilitada, com o SUS com problemas, com a falta de médico, não é viver mais. É sofrer mais.

Humberto diz que Pacto pela Saúde é “verdadeira revolução”

Humberto Costa (PT-PE) chamou de “verdadeira revolução” o Pacto Nacional pela Saúde. Ex-ministro da Saúde, Humberto parabenizou a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, pelo lançamento do pacto.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Dentro do pacto nacional, disse o senador, o Programa Mais Médicos cria um segundo ciclo de formação nos cursos de Medicina. Serão dois anos a mais, período em que os formandos atuarão no SUS, recebendo bolsa do governo federal.

— Isso é muito importante porque vai permitir que os médicos tenham uma melhor visão sobre uma medicina geral, comunitária, uma medicina que trate os principais problemas da população.

De acordo com Suplicy, até em São Paulo falta estrutura para trabalho

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o Programa Mais Médicos, lançado pelo governo federal para aumentar o número dos profissionais na rede pública de saúde em regiões carentes e permitir a vinda de médicos estrangeiros ou de brasileiros que se formaram no exterior sem a necessidade de revalidação do diploma.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— O importante é o objetivo de se assegurar que em cada ponto de nosso país haverá um número de médicos necessário, inclusive com a colaboração de médicos que poderão vir de outros países — afirmou.

Suplicy destacou que, até mesmo na maior cidade do país, São Paulo, faltam médicos e estrutura para o trabalho dos profissionais.

Braga: municípios pequenos não têm sequer um profissional

Eduardo Braga (PMDB-AM) elogiou o lançamento do Pacto Nacional pela Saúde. Atualmente, destacou o senador, o Brasil tem 1,8 médico para cada mil habitantes, número inferior ao da Argentina (3,2) e Portugal (3,9).



Moreira Moutz/Agência Senado

Na região amazônica, disse Braga, a situação é ainda pior, com apenas 1,06 médico para cada grupo de mil habitantes. Em 700 pequenos municípios do país, não há sequer um médico para atender a população, disse o senador.

— Quero celebrar com o povo brasileiro essa importante iniciativa do governo federal, que haverá de trazer mais médicos, mais atendimento ao cidadão brasileiro que vive no interior e nas periferias dos grandes núcleos urbanos — afirmou Braga.

Na avaliação de Vanessa, medida do governo é “certada”

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) disse que o Pacto Nacional pela Saúde é uma “medida extremamente acertada”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ela destacou que o programa prevê o investimento de R\$ 7,5 bilhões na construção ou recuperação de hospitais e postos de saúde. O programa estabelece que, a partir de 2015, os formandos em Medicina terão de trabalhar dois anos no SUS. A medida, disse a senadora, vai representar mais 18 mil médicos no SUS a cada ano a partir de 2021. Também estão previstas mais de 11 mil novas vagas para faculdades de Medicina.

Vanessa explicou que o governo vai oferecer vagas para médicos no interior. Se a demanda não for atendida, será aberta a oportunidade para médicos estrangeiros.

Cassol rejeita revalidação de diploma de estrangeiro

Ivo Cassol (PP-RO) manifestou apoio ao Pacto Nacional pela Saúde. Com o programa, o governo aumentará em R\$ 15 bilhões os recursos para a infraestrutura de saúde e pretende levar médicos brasileiros e estrangeiros para municípios que tenham carência de profissionais. A partir de 2015, os novos médicos que se formarem serão obrigados a prestar atendimento básico de saúde pelo SUS por dois anos.

— Eu estou convalidando a iniciativa da presidente Dilma porque estamos precisando de mais médicos. O número deles por habitante é pequeno quando comparado a muitos países.

Cassol manifestou-se contrário à realização de exame por parte dos médicos estrangeiros para a revalidação do diploma no Brasil. Ele disse que, devido ao elevado grau de dificuldade da prova, muitos médicos formados no Brasil não conseguiriam ser aprovados no exame.

Jucá avalia que mudanças atendem desejo da população

Romero Jucá (PMDB-RR) registrou o lançamento do Pacto Nacional pela Saúde. Ele explicou que o programa prevê o aumento de vagas nas faculdades de Medicina e a criação de mais vagas de residência.



Moreira Moutz/Agência Senado

As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão atenção especial, disse o senador, acrescentando que Boa Vista deve receber mais um curso de Medicina, em uma faculdade privada, para ampliar a oferta de médicos.

Jucá informou que será oferecido salário de R\$ 10 mil, além de ajuda de custo, a médicos que trabalharem no interior. O programa prevê construção de 250 unidades de pronto atendimento (UPAs) e recuperação de 15 mil postos de saúde.

— É um ponto fundamental para atender aos anseios da população — apontou.

Segundo Cristovam, formação de estudante vai ser melhor

Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou a proposta do governo de criação de um segundo ciclo de formação para os cursos de Medicina. Conforme a Medida Provisória (MP) 621/2013, o curso de Medicina no país terá, além dos seis anos atuais, mais dois anos destinados a serviço obrigatório dos alunos no SUS.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Além de prestar “um serviço ao povo”, a formação dos estudantes será “muito melhor”, na avaliação do senador.

— Isso melhora o currículo do aluno. Eles voltarão desse serviço mais bem preparados e mais bem conceituados, mesmo os que quiserem ir para a rede privada de saúde.

Cristovam disse apoiar a ideia do governo de empregar médicos estrangeiros em cidades sem médicos brasileiros.

— O pior pecado é deixar um povo sem médicos — afirmou.

Davim defende ida de médicos para o interior do país

Paulo Davim (PV-RN) defendeu uma política de interiorização dos médicos como forma de contemplar regiões mais afastadas e pobres do país. Em pronunciamento, o senador, que é médico, disse que 70% dos médicos brasileiros estão concentrados no Sul e Sudeste.



Moreira Moutz/Agência Senado

Referindo-se à medida adotada pelo governo de trazer médicos estrangeiros para o país, advertiu que é necessário revalidar os diplomas.

— Todos os médicos que foram para os EUA, Inglaterra, França ou qualquer país foram submetidos a exame de revalidação e de proficiência do idioma, porque o médico precisa compreender bem e com clareza o que o seu paciente está dizendo. Se não entender com clareza, ele vai diagnosticar errado e, diagnosticando errado, vai tratar errado.

Quem precisa de atendimento não pode esperar, afirma Gurgacz

“Quem precisa de atendimento médico não pode esperar”, disse ontem Acir Gurgacz (PDT-RO) ao manifestar apoio ao Programa Mais Médicos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador observou que um dos maiores problemas dos municípios mais afastados dos centros urbanos é justamente a falta de profissionais na saúde básica. Segundo Gurgacz, o atendimento médico-hospitalar nessas regiões está no limite do aceitável.

— Faz-se necessário lançar mão de medidas emergenciais a fim de corrigir esse desequilíbrio no atendimento à população — disse.

O programa determina que os alunos que ingressarem nos cursos de Medicina a partir de 2015 terão que trabalhar por dois anos no SUS para receber o diploma. Gurgacz considera a medida positiva.

Patriota fala hoje sobre esquema de espionagem

Ministro das Relações Exteriores explicará aos senadores a posição do Brasil sobre denúncia de que espões dos Estados Unidos monitoraram e-mails e telefonemas de brasileiros

O MINISTRO DAS Relações Exteriores, Antonio Patriota, e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, general José Elito Carvalho Siqueira, comparecem hoje à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para falar sobre o esquema de espionagem montado pelos Estados Unidos para monitorar e-mails e ligações telefônicas de pessoas e empresas no Brasil.

Ontem, a CRE aprovou nove requerimentos para também ouvir, em data a ser definida, os ministros Celso Amorim (Defesa) e Paulo Bernardo (Comunicações), o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Thomas Shannon, e o colunista do jornal inglês *The Guardian* Glenn Greenwald, sobre o caso.

De acordo com o jornal *O Globo*, o esquema de espionagem no Brasil foi revelado a Greenwald por Edward Snowden, ex-técnico de empresa contratada pela Agência Nacional de Segurança (NSA), do governo dos EUA, que depois

revelou ao mundo o monitoramento e agora aguarda asilo internacional em aeroporto da Rússia.

A comissão pretende ouvir ainda os representantes do Google e do Facebook no Brasil, em audiência em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) a ser marcada.

A CRE também aprovou voto, a ser encaminhado à Presidência da República, em que manifesta apoio a um eventual pedido de asilo ao governo brasileiro por Edward Snowden, e requerimento em

que o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) questiona o governo se autorizou o funcionamento de base de escutas dos EUA em Brasília.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Pedro Simon (PMDB-RS) cobraram urgência nos esclarecimentos. Assim, todos os requerimentos de convocação foram transformados em convite, visto que a convocação abre um prazo regimental de comparecimento de até 30 dias.

A audiência de hoje terá início às 14h30, de acordo com anúncio do presidente da comissão, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).



Ricardo Ferraço e Paulo Bauer na reunião em que a CAE decidiu ouvir Patriota



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan (C) se reúne no Senado com representantes das centrais sindicais

Renan Calheiros recebe lista de reivindicações de centrais sindicais

Centrais sindicais entregaram ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, uma pauta de reivindicações.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Nova Central Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Força Sindical e a CSP-Conlutas estiveram presentes. O encontro foi acompanhado pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Segundo o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical, as centrais pedem a derrubada do veto ao fim do fator previdenciário. De acordo com ele, o fim do fator previdenciário representaria um custo de R\$ 3 bilhões. A desoneração da folha de pagamentos dada recentemente às empresas, comparou, é de R\$ 18 bilhões.

— É uma questão de prioridade. Acho que não compromete nada dar R\$ 3 bilhões para os trabalhadores do Brasil — argumentou.

Paulinho confirmou a intenção de realizar manifestações e paralisações amanhã, para cobrar mudanças na política econômica, avanços na política salarial para aposentados e redução da jornada de trabalho. Ele disse que, dependendo do governo, poderá ser convocada uma greve geral.

— O governo terá muita dor de cabeça daqui até o final do mandato da presidente Dilma.

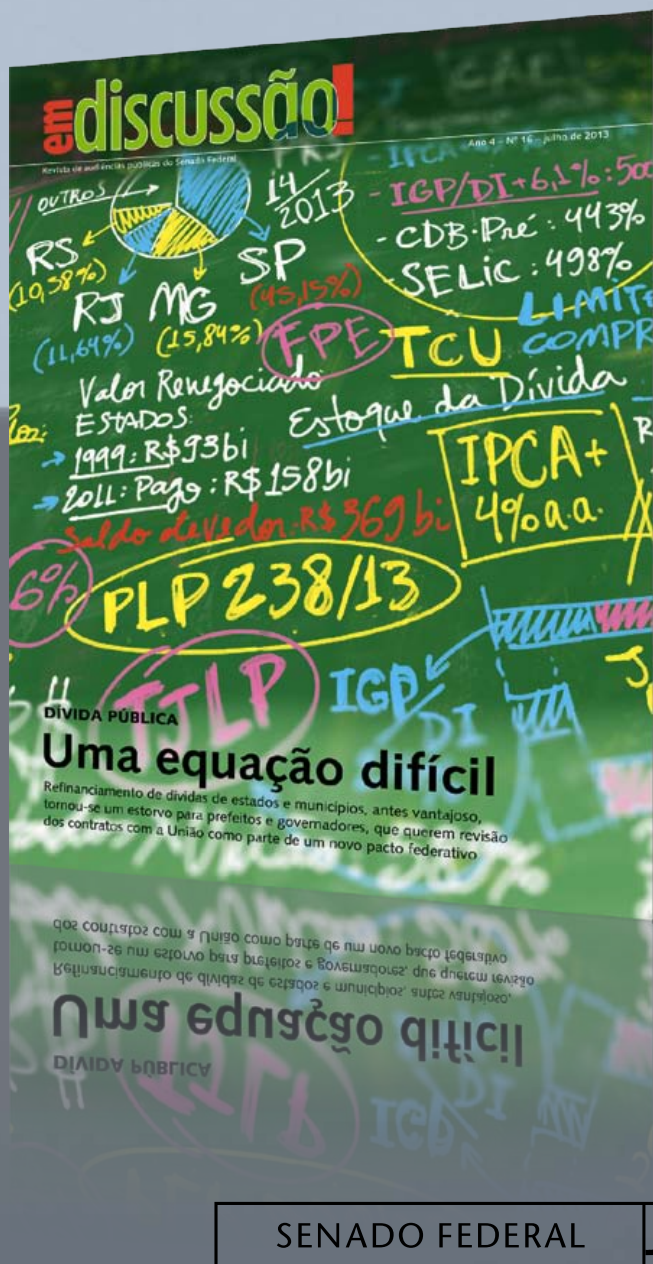
Renan informou que está agendada para hoje uma reunião com as lideranças do Senado e da Câmara em que será discutido um critério para priorizar a votação dos vetos.

Coloque sua opinião nesta conta

Os principais temas que interessam a você e à sociedade estão na revista *Em Discussão!*. Neste número, o assunto é a repactuação das dívidas de estados e municípios com a União para aliviar o orçamento de prefeituras e governos estaduais.

A revista *Em Discussão!* é uma publicação do Jornal do Senado. Disponível para leitura no site www.senado.leg.br/emdiscussao

Em Discussão!
Informação e novas ideias.



Secs | Criação e Marketing

